

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA EQUIPE DE LICITAÇÃO EPSILON DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO nº 806/2022/AGEVISA PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0002.070328/2022-97
RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA VITÓRIA SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA

A empresa S C DO NASCIMENTO, inscrita no CNPJ/MF nº 44.101.887/0001-80, sediada à Rua Rafael Vaz e Silva, 974 Sala 4, Bairro Roque, no município de Porto Velho - RO, CEP: 76.804-428, por seu representante legal infra assinado, vem, com fulcro no Art. 4º, XVIII da Lei 10.520/02 e Subitem 14.2 do respectivo Edital, à presença de Vossa Senhoria, na melhor forma do Direito, observando os princípios constitucionais basilares de todo e qualquer procedimento licitatório, apresentar as suas CONTRARRAZÕES:

DA TEMPESTIVIDADE

Conforme determina o item 14.2.1 do Edital, o prazo para apresentar contrarrazões ao recurso é de até 03 (três) dias, o qual terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo para apresentação dos recursos. O prazo de razões da CONTRARRAZOANTE findou-se em 27/01/2023, de modo que o término do prazo se dará em 01/02/2023. Diante de todo o exposto, a presente contrarrazão é plenamente TEMPESTIVA, devendo ser acolhida e conhecida

CONTRARRAZÕES

Ao Recurso Administrativo apresentado pela VITÓRIA SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 37.760.066/0001-90, face à decisão da Sr. (a) Pregoeiro (a) que declarou a Empresa S C DO NASCIMENTO vencedora dos itens 5, 6 e 7, do certame em epígrafe.

DA ADMISSIBILIDADE DAS CONTRARRAZÕES

A doutrina aponta como pressupostos das CONTRARRAZÕES: a existência de um recurso administrativo que visa a anulação da decisão da autoridade administrativa, devendo ser tempestiva e devidamente fundamentada, contrapondo os pedidos do respectivo recurso administrativo.

Sendo assim, contrarrazoamos amplamente justificados pelos dispositivos legais atinentes, conforme os termos do art. 4º, XVIII da Lei 10.520/02 e Subitem 14.2 do respectivo Edital, se não vejamos:

Art. 4º: A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos; Sublinhamos e negritamos.

14.2. Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões recursais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos (redação conforme o inc. XVIII, art. 4º, Lei Federal nº 10.520/2002).

A presente CONTRARRAZÃO é tempestiva e, portanto, deve ser acatada e analisada pelo Senhor (a) Pregoeiro (a) da Equipe de Licitação Epsilon Do Estado De Rondônia.

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CONTRARRAZOANTE registra de pronto que confia na lisura, imparcialidade, isonomia e razoabilidade a ser praticada no julgamento pelos Senhores(as) Pregoeiros(as) e Nobre Comissão deste certame, evitando assim a apreciação do mérito pelo Poder Judiciário. Será demonstrado através deste recurso nosso Direito Líquido e Certo de sermos habilitados, pois cumprimos com todas as exigências do presente certame.

DOS FATOS

CONTRARRAZOANTE participou e foi vencedora dos itens 5, 6 e 7, do Pregão Eletrônico Nº 806/2022/AGEISA processo administrativo nº 0002.070328/2022-97, cujo objeto do certame Registro de Preços para futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de consumo "Aquisição de botas, luvas, conjunto herbicida, protetor auricular, Respirador facial completo e óculos de proteção, para os agentes de endemias dos municípios e estado conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPI's) para os agentes de combate a endemias que trabalham nos setores de controle vetorial dos municípios, com objetivo de preservar a saúde do operador de equipamento para aspersão de inseticidas, manipulações para distribuição, diluição e demais contatos com inseticidas, a pedido da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA. No entanto, a concorrente CONTRARRAZOADA impetrou recurso contra a classificação da CONTRARRAZOANTE sob a alegação, em síntese, de que não atende o edital.

Tais razões não merecem prosperar uma vez que não condiz com a realidade, o que ficará cabalmente demonstrado a Vossa Senhoria.

Habilitada para a disputa de lances, a empresa RECORRIDA sagrou-se vencedora dos itens 5, 6 e 7, (Conjunto aplicação de Herbicida, etc.), ou seja, ofertou o seu melhor preço para a Administração, reunindo um preço justo que proporciona apresentar qualidade nos serviços e nos materiais.

Diante disso, o Sr. (a) Pregoeiro (a) solicitou a Proposta de Preços atualizada e os documentos pertinentes, abrindo então o prazo para manifestação e interposição de possíveis recursos administrativos em face a decisão competente da Sr (o) Pregoeiro (a), que após análise da documentação atinente, sagrou a empresa RECORRIDA vencedora do certame.

No tempo de manifestar e interpor os respectivos recursos administrativos, a PELA VITÓRIA SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA interpôs o seu Recurso Administrativo, que em suma, alegou que a empresa RECORRIDA não cumpriu com as exigências do habilitatórias do Edital, com as seguintes alegações:

(...)

O produto apresentado pela Recorrida foi o conjunto agro (SEM INDICAÇÃO DE CA PELA RECORRIDA), que não atende o Edital em um importante requisito:

1 – DURABILIDADE: 67 LAVADAS.

De acordo com a ficha técnica apresentada pela própria Recorrida, o “número de uso e de lavagens das peças do EPI devem ser de no máximo 30 vezes”. Ou seja, menos da metade do exigido pela Administração Pública, o que diminui em mais de 50% (cinquenta por cento) a durabilidade do conjunto.

Ora, hipoteticamente, se o conjunto for usado todos os dias após a sua aquisição, ele terá duração de apenas 30 (trinta) dias, enquanto àquele almejado pelo Governo de Rondônia deveria durar no mínimo 67 (sessenta e sete) dias.

Neste caso, a aquisição deste produto ensejará em dois possíveis riscos à Administração Pública (...)

Diante de algumas surpresas, utilizamos do presente para afirmar que as alegações não devem prosperar, pelas razões de direito que seguirão elencadas no presente documento, sendo inclusive no mínimo levianas.

DAS RAZÕES E DO DIREITO

O PEDIDO DA RECORRENTE

A empresa ora RECORRENTE, pautada em alegações distorcidas interpõe o seu Recurso Administrativo e requer a INVALIDAÇÃO DA DECISÃO DO SR. (A). PREGOEIRO (A) que habilitou e declarou vencedora do certame a empresa ora RECORRIDA, nos apontamentos que seguem:

Tais alegações não devem prosperar, pois então vejamos, em simples consulta ao site <https://consultaca.com/4979/vestimenta-tipo-conjunto/> averigua-se através do processo n.º 46000000649201516 que o CA 4979, produzido pela empresa Ensegel Equipamentos de Segurança Ltda, que foram ofertados pela empresa VITÓRIA SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA encontra-se vencido. Como também, cita que os teste foram de apenas 30 (trinta) lavagens.

Em consulta a vários fornecedores, em nenhum deles encontramos o produto que resista a 67 (sessenta e sete) lavagens oferecendo ao funcionário sua devida proteção dérmica contra inseticidas ou herbicidas. Recomendando a quantidade máxima de 30 (trinta) lavagens para a segurança da saúde do trabalhador.

Observamos que as empresas que participaram do processo licitatório, nenhuma ofertou o produto com essa característica exigida na descrição do Edital.

O EPI não deve ser “lavado”, mas sim descontaminado. Qual a diferença? Lavar pressupõe esfregar, pôr na máquina de lavar, usar sabão. Mas isso danifica o tratamento de hidrorrepelência que confere a proteção do EPI. Assim, a sujeira mais pesada deve ser ignorada, pois tentar retirá-la poderá comprometer a segurança do usuário. Para que seja preservada a capacidade hidrorrepelente, o procedimento para descontaminação deve seguir as seguintes recomendações:

- a) descontamine em local separado de roupas de uso normal, utilizando sempre luvas e avental impermeáveis;
- b) a descontaminação deverá ser realizada imediatamente ao final da jornada de trabalho, para evitar que o agrotóxico seque na superfície da vestimenta, o que irá dificultar a descontaminação;
- c) mergulhe e agite a vestimenta na água com sabão neutro por cerca de 10 minutos, sem esfregar;
- d) enxágüe bem em água corrente;
- e) NÃO USE sabão comum, alvejantes, escova ou máquina de lavar, somente sabão neutro;
- f) NUNCA ferver o EPI nem deixar de molho;
- g) PASSAR ferro seco bem quente nas partes de algodão para reativar a hidrorrepelência;
- h) Marque a descontaminação no quadro “controle de descontaminação” na etiqueta da vestimenta.

INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO

Após cada descontaminação (que deve ocorrer ao final de cada jornada de trabalho), respingar água sobre o tecido para testar a hidrorrepelência. Caso o tecido apresente umedecimento, descartar a vestimenta. Esta vestimenta suporta até 30 descontaminações ou até passar no teste do respingo, não devendo ser usada depois que chegar a qualquer uma dessas condições. Verifique também detalhadamente a integridade das costuras e do tecido, certificando-se que não há nenhum rasgamento que possa comprometer a eficácia da proteção ao corpo do usuário.

Armazene a vestimenta em locais secos, ventilados e sem excessos de temperatura.

DESCARTE DO EPI

Se o EPI foi descontaminado 30 vezes ou não passou pelo teste do respingo (indicado no item “inspeção e manutenção”) – o que acontecer primeiro –, ele deve ser inutilizado e

descartado seguindo o procedimento:

- a) Após terminada a vida útil do EPI, este deverá ser lavado conforme os procedimentos indicados no item "limpeza";
- b) Descartar como lixo comum (desde que devidamente descontaminado).

Não menos importante citar que o Sr. (o) Pregoeiro (a) possui o comando do procedimento licitatório, pois encontramos nas suas atribuições O pregoeiro é responsável por conduzir a fase externa do pregão, que vai desde a publicação do edital até a adjudicação do objeto à empresa vencedora, sendo assim no uso de suas atribuições legais, o Sr. (a) Pregoeiro (a) participou e guiou o passo a passo da licitação até o momento de declarar vencedora a empresa ora RECORRIDA, mediante recebimento, verificação, aprovação e aceitabilidade da Proposta de Preços e todos os seus documentos pertinentes.

Evidenciando-se que a decisão da Sra. Pregoeira proporcionou a Proposta de Preços mais vantajosa para a Administração Pública e então, cumpriu integralmente com o principal escopo licitatório.

DAS RAZÕES FINAIS

Não merece prosperar, as alegações da CONTRARRAZOADA, e não há o que se falar em desclassificação por descumprimento do Edital, uma vez que a CONTRARRAZOANTE cumpriu exatamente e completamente todas as exigências editalícias, sem nenhuma exceção, não havendo justificativa plausível para que as alegações infundadas da CONTRARRAZOADA venham a prosperar.

Assim sendo, diante de todas as contraprovas e informações aqui expostas, a presente contrarrazão apresentada pela S C DO NASCIMENTO, habilitada com melhor preço, ora denominada CONTRARRAZOANTE, deve ser PROVIDO para manter sua habilitação e, conseqüentemente o recurso interposto pela CONTRARRAZOADA, deve ser IMPROVIDO

DO PEDIDO

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer seja negado provimento ao Recurso Administrativo interposto pela licitante CONTRARRAZOADA, de maneira que a decisão questionada seja mantida, ou seja, a S C DO NASCIMENTO seja mantida como vencedora, e, conseqüentemente, proceda-se à adjudicação a esta CONTRARRAZOANTE.

A TOTAL IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo interposto pela Empresa RECORRENTE, uma vez que os fatos alegados não podem prosperar, sob pena de ferir direitos fundamentais da licitação;

A intimação do representante da impugnante de todos os atos e diligências que se fizerem necessárias e que forem determinadas "ex-offício", sob pena de caracterizar cerceamento de defesa, proibido pela Carta Magna

Outrossim, lastreada as contrarrazões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação mantenha sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior.

Nestes Termos, Aguardamos
Deferimento.

Porto Velho, RO, 01 de fevereiro de 2023.

Fechar